

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>1</u>
<u>2</u>	<u>O QUE É A AGENDA LOCAL 21?</u>	<u>1</u>
<u>3</u>	<u>UM CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE</u>	<u>2</u>
<u>4</u>	<u>O PROCESSO</u>	<u>4</u>
<u>5</u>	<u>CASOS DE ESTUDO</u>	<u>5</u>
5.1	EXPERIÊNCIA PORTUGUESA	5
5.2	EXPERIÊNCIA ALÉM FRONTEIRAS	7
5.2.1	BREMEN, ALEMANHA	7
5.2.2	THE HAGUE, HOLANDA	8
5.2.3	HAMILTON-WENTWORTH, CANADÁ	11
5.2.4	MARION – AUSTRÁLIA	14
5.2.5	SANTOS - BRASIL	17
<u>6</u>	<u>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:</u>	<u>20</u>
<u>7</u>	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>21</u>



1 INTRODUÇÃO

A comunidade global é um reflexo das tendências e escolhas feitas nas comunidades locais do mundo. Num sistema de ligações complexas, pequenas acções locais têm impactes globais em larga escala. A campanha da Agenda Local 21 (AL21) foi concebida para criar planos de acção que, resolvendo problemas locais, se somarão para ajudar a alcançar resultados globais. Daí a célebre frase...

“... pensar globalmente, e agir localmente ...”

Tendo em vista esta filosofia, a iniciativa do lançamento do desafio da criação de uma AL21, deverá recair sobre as autoridades locais que planeiam, estabelecem políticas e regulamentos ambientais locais, como órgãos de poder mais próximos das comunidades.

O presente trabalho tem como objectivo a criação de um guia para disponibilizar ao gestor autárquico uma primeira abordagem à Agenda Local 21. Como tal, descreve-se a AL21, o que é, como nasceu e como se processa. Regista-se também algumas definições de sustentabilidade que estão na base da criação da AL21. São apresentados alguns casos de experiências de todo o mundo (incluindo Portugal), que reflectem realidades distintas. No fim tecem-se algumas conclusões e recomendações com o objectivo de aprender com os erros e sucessos de experiências já realizadas. Apresenta-se com especial ênfase a importância do papel integrador de um Engenheiro do Ambiente no processo.

2 O QUE É A AGENDA LOCAL 21?

É um programa que visa alcançar um desenvolvimento sustentável numa escala local. Compreende sistemas e processos que visam a integração do desenvolvimento ambiental, económico e social e assenta numa forte parceria entre os diversos actores locais, passando pela elaboração dum plano de acção estratégico, a longo prazo, que integre as políticas e programa existentes numa direcção futura previamente delineada.

A Agenda Local 21 (AL21) promove o despertar de consciências e debates para o desenvolvimento sustentável à escala da comunidade. Foca-se especialmente o envolvimento de membros dos diversos sectores da comunidade, i.e., actores locais, no planeamento do desenvolvimento sustentável ao nível das áreas do desenvolvimento económico, social e ambiental. O carácter participativo da AL21 distingue-a de outras iniciativas.^[1]

Em 1992 realizou-se no Rio de Janeiro, Brasil, a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Environment & Development*, UNCED), vulgarmente intitulada Cimeira do Rio ou “Earth Summit”, donde resultou a Agenda 21.^[1] A Agenda 21 é um plano de acção global, adoptado por 178 nações e que visa o desenvolvimento sustentável, por forma a lidar com áreas preocupantes, tais como: pobreza; saúde humana; padrões de consumo; dinâmica demográfica; protecção da atmosfera; usos do solo; desflorestação; desertificação e secas; agricultura sustentável; biodiversidade; gestão das biotecnologias; protecção dos oceanos, mares e zonas costeiras; protecção dos recursos de água doce; substâncias químicas tóxicas; resíduos perigosos; resíduos sólidos, esgotos e saneamento.^[2]



Na Agenda 21 é considerado que muitas destas questões têm os seus problemas e soluções enraizadas nas actividades locais e que a participação e cooperação das autoridades municipais, desempenhará um papel crucial na obtenção destes objectivos. O Capítulo 28 chama as autoridades locais de cada país a desenvolver um processo consultivo e consensual com as suas populações, sob a forma de uma versão local da Agenda 21 para as suas comunidades – Agenda Local 21.

Cinco anos após a Cimeira do Rio, já mais de 1800 governos locais em 64 países tinham iniciado a implementação da AL21. Como parte desse processo, as autoridades locais têm trabalhado em conjunto com os seus munícipes, organizações comunitárias, ONGs, empresas, sindicatos, mulheres, jovens e outros actores locais, por forma a desenvolver e implementar planos de acção para um desenvolvimento sustentável das suas comunidades. Pelo caminho, tem-se assistido a uma alteração da estrutura e procedimentos da governação local.

A importância do desenvolvimento sustentável e o papel da AL21 neste tem sido reforçado em vários *fora* internacionais incluindo o Habitat 2 e Rio +5 ^[1]. Em 1997 o Secretário Geral da Nações Unidas, numa sessão para avaliar o progresso em termos mundiais da implementação da Agenda 21, disse que "(...) *alguns dos desenvolvimentos mais promissores ocorreram ao nível de cidades e municípios, onde as iniciativas para a AL21 têm predominado. (...) Os planos e estratégias de escala local, têm provado, em termos de impactes directos, serem mais bem sucedidos do que aqueles a nível nacional.*"

Globalmente é ao ICLEI, *International Council for Local Environmental Initiatives*, que cabe a coordenação de campanhas internacionais de AL21, existindo outras organizações internacionais que também promovem a sua implementação.^[2]

3 UM CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

O termo desenvolvimento sustentável foi usado em 1987, num relatório final do World Commission on Environment & Development, denominado "O Nosso Futuro Comum" ou "Relatório de Bruntland":

"Desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras"

Existe ainda uma outra definição da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Ecológico Sustentável:

"Desenvolvimento que melhora a qualidade de vida, tanto presente como futura, de forma a manter os processos ecológicos de que a vida depende."

No entanto, todas reconhecem a necessidade de ligar o desenvolvimento e protecção do ambiente, por forma a proteger e gerir os ecossistemas e recursos naturais, essenciais para satisfazer as necessidades básicas dos seres humanos e melhorar os níveis de bem-estar de todos.

Para cumprir o estabelecido no Capítulo 28 da Agenda 21, adoptado no plenário da Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em Junho de 1992, os representantes de cidades Europeias encontraram-se em Aalborg, na Dinamarca. Desse encontro surgiu um



documento - Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias (Carta de Aalborg) - assinado por todos, definindo as linhas orientadoras para a implementação deste, que através de Planos de Acção Local pretende encorajar e ajudar as cidades a atingir a sustentabilidade.

“Estamos convencidos que uma vida humana sustentável na Terra, não pode existir sem comunidades locais também elas sustentáveis. A autoridade local está consciente dos problemas ambientais dos cidadãos, partilhando as responsabilidades a todos os níveis com as autoridades competentes de modo a alcançar o bem estar do homem e da natureza. Deste modo as cidades desempenham um papel essencial no processo evolutivo dos hábitos de vida, da produção, do consumo e das estruturas ambientais”.
in Carta de Aalborg^[3]

Quais os princípios-chave da sustentabilidade?^[1]

Integração das componentes ambientais, sociais e económicas na tomada de decisão;

Envolvimento da Comunidade reconhecimento de que a sustentabilidade não pode ser alcançada, nem haver progresso significativo, sem o suporte e envolvimento de toda a comunidade.

Princípio da "Precaução" onde existem sérias ameaças ou danos ambientais irreversíveis, a ausência de certeza científica não deverá ser utilizada para, justificar adiamentos ou relegar para segundo plano, medidas preventivas de degradação ambiental.

Equidade intra e inter-gerações

Melhoramento contínuo onde a actual situação de declínio da qualidade ambiental torna imperativa a acção imediata, por forma a alcançar uma maior sustentabilidade e progredir continuamente.

Integridade Ecológica para a protecção da biodiversidade e manutenção dos principais processos ecológicos e dos sistemas que suportam a vida.

Através da integração destes princípios, a chamada Agenda Local 21, permite criar os planos de acção local que reforçam a cooperação entre as autoridades e o enquadramento deste processo na política da União Europeia, no âmbito do ambiente urbano.

Na carta de Aalborg estão descritas uma série de pretensões que se consideraram essenciais para se atingir uma verdadeira sustentabilidade:

1. Economia Urbana sustentável;
2. Equidade Social para a Sustentabilidade Urbana;
3. Padrões de Uso Sustentável do Território;
4. Padrões de Mobilidade Urbana;
5. Responsabilidade pelo Clima Mundial;
6. Prevenção da Intoxicação dos Ecossistemas;
7. A Auto Gestão no plano local, condição necessária da Sustentabilidade;
8. Os Cidadãos como Protagonistas da Sustentabilidade e o Envolvimento da Comunidade;
9. Meios e Instrumentos da Gestão Urbana, orientados para a Sustentabilidade.



4 O PROCESSO

Para a implementação deste processo existem diversas áreas de acção que consideram os elementos chave para um desenvolvimento sustentável. O esquema seguinte pretende esquematizar os vários passos necessários para a implementação da AL21:



Figura 1– Representação esquemática dos vários passos do *processo* da AL21. [Fonte: 1, 4]

Os passos referidos tomam em consideração as actividades básicas de um processo típico da implementação da AL21:

- Abrangem a comunidade na preparação de um Plano de Acção em que o desenvolvimento é sustentável a longo prazo, através de um envolvimento efectivo de uma comunidade representativa;
- Determinam a visão, os objectivos, prioridades e metas a atingir para concretizar a visão o futuro, através de um abordagem integrada;
- Trabalham em conjunto com os vários *Stakeholders* para alcançar os objectivos propostos;



- Incluir procedimentos de monitorização e relato, incluindo o uso de indicadores específicos do local para analisar a evolução.

Uma vez que todas as cidades são diferentes, é necessário que cada uma encontre o seu próprio caminho para alcançar a sustentabilidade. Devem-se integrar os princípios da sustentabilidade em todas as políticas e fazer das especificidades de cada cidade a base das estratégias locais adequadas. Este guia pretende facilitar a implementação da AL21, sendo de seguida apresentados alguns casos de estudo por forma a que o gestor autárquico que deseje criar uma AL21 no seu município, possa tirar partido das experiências já efectuadas.

5 CASOS DE ESTUDO

5.1 EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

Em Portugal a experiência de AL21 é relativamente pequena, embora tenha havido grandes progressos nos últimos anos e se preveja um melhoramento significativo desta situação. No nosso país, a experiência deve-se basicamente a estudos académicos, realizados para alguns concelhos, e que se denominam de Planos Municipais de Ambiente (PMA). Por vezes são também chamados de Plano de Acção para o Ambiente ou Agenda Local 21 - vertente ambiental.^[5]

Os PMAs constituem uma nova figura de planos, à escala municipal e que não se encontram regulamentados. São dirigidos para o desenvolvimento de estratégias que assegurem o desenvolvimento sustentável para o século XXI e embora não sejam tão integradores quanto a AL21, retiram-lhe alguma complexidade e morosidade. Os PMAs têm, então, como principal objectivo, a definição, ao nível da componente ambiental, de estratégias integradas e consensuais e de acções concretas de gestão e intervenção. A participação dialogada é a base das medidas construídas.^[6]

O PMA além de um plano de ambiente a longo prazo para o município, de natureza estratégica, é também um plano operacional dirigido para a acção no curto prazo. Os seus objectivos são^[6]:

- Identificação do Estado do Ambiente do concelho;
- Selecção dos problemas ambientais mais importantes, que necessitem uma resolução mais urgente e para os quais existam já meios disponíveis para intervenção;
- Definição de estratégias e acções de intervenção concretas e concertadas entre todos os parceiros;
- Contribuição para o aumento da eficácia de intervenções para prevenção dos problemas;
- Encorajamento da cooperação e formação de parcerias, visando a resolução de problemas concretos de interesse mútuo;
- Promoção da participação dos cidadãos.

O PMA divide-se em quatro etapas distintas num processo de planeamento contínuo, interactivo, integrador e participativo:^[5,6]

- **Diagnóstico e perfil selectivo do estado do ambiente natural do concelho** – baseia-se numa matriz de objectivos de desenvolvimento sustentável, incidindo sobre os principais problemas ambientais e potencialidades relevantes do



município. Deve ser acessível a uma comunidade alargada de parceiros, nomeadamente através da realização dum primeiro Fórum. A base de informação é a existente no município, em organismos de administração central, em entidades prestadoras de serviços públicos, em publicações, em técnicos e noutros agentes e fontes;

- **Identificação dos vectores de intervenção estratégica para o desenvolvimento sustentável do município** – baseia-se no diagnóstico selectivo, consistindo na agregação das prioridades de intervenções, consideradas mais urgentes e relevantes para o desenvolvimento sustentável, em vectores estratégicos. Resulta num relatório denominado "Estratégia e Programa Preliminar de Acção para o Desenvolvimento Sustentável" , apresentado num segundo fórum;
- **Propostas de acções ambientais e contratualização** – organização do Programa de Acção Ambiental através de processos e acções, que constituem a implementação de vectores estratégicos, identificando as parcerias como base para a contratualização;
- **Monitorização do processo** - utilização de um conjunto de indicadores de sustentabilidade, que permitam avaliar, periodicamente, a evolução ocorrida relativamente ao proposto. A monitorização é um percurso de *feedback*, que assegura a eficiência de todo o processo de planeamento. Funciona como um termómetro ambiental.

A participação dos agentes locais, nos PMAs e Agendas Locais 21 inicia-se logo nas fases a montante do processo e desenrola-se ao longo de todo o plano, tendo evoluído rapidamente nestes últimos cinco anos. De início, a participação era realizada por meio do Grupo de Debate e Acompanhamento do Plano – constituído por membros representativos dos diferentes sectores a nível local – e de sessões alargadas do tipo “Fórum para a Sustentabilidade Local”. Recentemente, tem-se complementado esta participação com a realização de *Workshops* sobre Cenários Locais, com o principal objectivo de promover o encontro, diálogo e participação dos diversos actores do desenvolvimento local, procurando soluções consensuais para questões mais prementes e que lhes são comuns.^[7]

Alguns exemplos da experiência portuguesa são:

- Plano Municipal de Ambiente de Alcobaça;
- Agenda Local 21 de Cascais;
- Plano Municipal de Ambiente do Montijo;
- OEIRAS XXI - Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Oeiras;
- Plano Municipal de Ambiente de Santiago do Cacém;
- Plano Municipal de Ambiente de Sesimbra (em elaboração);
- Plano Municipal de Ambiente de Setúbal;
- Plano Municipal de Ambiente de Torres Vedras (em elaboração);
- Plano Municipal de Ambiente de Ovar;
- Plano Municipal de Ambiente de Aveiro;
- Agenda Local 21 de Vieira do Minho.



5.2 EXPERIÊNCIA ALÉM FRONTEIRAS

5.2.1 BREMEN, ALEMANHA

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

Com uma população de 550 392 pessoas Bremen é um porto marítimo internacional situado junto ao Mar do Norte. Situa-se no mais pequeno estado alemão mas é a décima maior cidade daquele país.^[8]

País: Alemanha
População: 550 392

1ª FASE - Como tudo começou...

Em Bremen, o processo iniciou-se em Junho de 1996 com a criação de uma mesa redonda que incluía 27 grupos de *stakeholders*, representantes do senado bem como representantes de todos os partidos com assento parlamentar. Acordou-se a iniciação de um processo para desenvolver um programa de acção - a AL21 - para o desenvolvimento sustentável com a participação dos cidadãos através do diálogo e mecanismos geradores de consenso.^[9]

2ª FASE – Organização Estrutural

O processo é gerido pelo GABINETE DA AGENDA (aberto em 1997), pelo Gabinete Público para o Desenvolvimento e Cooperação e pelo departamento para a protecção ambiental do Senador para as Mulheres, Saúde, Juventude, Acção Social e Ambiente. Foram estabelecidos 7 GRUPOS DE TRABALHO que em alguns casos criaram sub-grupos. Os grupos concentram-se no desenvolvimento de propostas para projectos, indicadores de sustentabilidade e objectivos gerais para temas específicos. A ligação entre o gabinete da Agenda e a Mesa Redonda e os grupos de trabalho é garantido por um comité coordenador constituído por 2 representantes de cada grupo de trabalho e um representante dos interesses da mulher em Bremen.

3ª FASE – Estabelecimento de prioridades

As prioridades definidas por estes grupos de trabalho são: *conceitos, relações públicas e Educação, cooperação internacional, protecção dos recursos, bairros sustentáveis, da região para a região, economia sustentável, o futuro do emprego, interesses das mulheres.*^[10]

4ª FASE – Plano de Acção – Projectos

A par deste processo, muitos projectos e ideias têm sido desenvolvidas e implementadas. Uma das mais importantes é a “Iniciativa de Bremen”, que se iniciou em 1997, baseada na “declaração de Bremen”. A iniciativa foca a parceria entre os municípios e o sector comercial na procura de um futuro sustentável.

Projecto Modelo da Internet da AL21 – após boas experiências iniciais no processo e através do uso de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) a cidade de



Bremen desenvolveu um projecto em rede financiado pela Comissão Europeia. Inicialmente o projecto tinha os seguintes objectivos:

- Apoiar e melhorar a comunicação interna entre os actores envolvidos no processo da AL21;
- Testar a Internet como instrumento de gestão para processos de participação complexos;
- Usar TIC para a distribuição ampla de informação a nível local, nacional e internacional.

Foi dada prioridade à criação de um sistema de fácil acesso para evitar o aparecimento de barreiras à utilização por novos e/ou críticos grupos. Um dos principais grupos envolvidos foi a Universidade de Bremen que ofereceu o *know-how* na criação de instrumentos. O resultado deste projecto é uma página de internet (www.agenda21.bremen.de) onde se pode visionar toda a cronologia do processo, estrutura interna, documentos produzidos, actividades, grupos de trabalho, além de outras úteis informações. É possível também transmitir *feed-back*, opiniões, propostas, aos intervenientes no processo pois estão lá discriminados os contactos.

LIÇÕES APRENDIDAS

- A experiência do projecto da internet têm sido muito bem sucedida a ponto de ganhar alguns prémios, foi um dos cinco finalistas do prémio Bangemann Challenge em Estocolmo, na área do Ambiente.
- O sucesso deste projecto é revelador da capacidade das novas tecnologias como a internet em auxiliar processos clássicos.
- Os principais objectivos previstos pelos projecto foram alcançados, apoiar e melhorar a comunicação interna e até mesmo externa permitindo o *feed-back* das populações visadas e a disseminação da informação a nível local, nacional e internacional.

5.2.2 THE HAGUE, HOLANDA

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

A área da cidade tem 71 km², mas a região é 420 km² e uma linha de costa com o comprimento de 11 km. A população local é de 445 mil habitantes. Possui um clima temperado, muito influenciado pelo mar do Norte e pelo Atlântico; Verões frescos e chuva durante todo o ano. Tem cerca de 37 mil empresas e 191 782 postos de trabalho. ^[11]

Área: 71 km²
País: Holanda
População: 445 000



Figura 2 – Localização e acessibilidades da cidade de Hague
Fonte: <http://www.nc3a.nato.int/>

1ª FASE - Como tudo começou...

Os primeiros passos já tinham sido dados, os órgãos administrativos da cidade decidiram, em 1994, que a AL21 de Hague deveria ser desenhada. Uma caracterização dos tópicos que eram mais relevantes para a cidade foi apresentada numa brochura intitulada “Agenda Local 21: Desenvolvimento Sustentável em Hague”. A brochura listava os acordos realizadas em volta destes tópicos no Rio de Janeiro e a nível nacional.

Para cada tópico era apresentado um sumário das actividades lançadas em Hague e os resultados obtidos. A brochura descrevia como as autoridades locais de Hague querem fazer nascer uma cidade sustentável no século XXI. A AL21 de Hague é primariamente uma processo de cooperação. Os desafios foram realizados.

Hague deseja comprometer-se a desenhar uma AL21 em 1996 e pretende dar enorme ímpeto ao processo de atingir o desenvolvimento sustentável.^[12]

2ª FASE – Organização Estrutural

Uma cidade sustentável, não se cria por si só. É necessário lançar o debate social. Através da cooperação e consulta dos cidadãos de Hague, grupos comunitários podem ganhar grande influência na transformação do ambiente que os rodeia. Todos são convidados a trabalhar na AL21 de Hague, cidadãos interessados, o Centro Ambiental de Hague (e organizações filiadas), organizações de âmbito geral (associações de moradores, paróquias, organizações femininas e de imigrantes, ...) , organizações que podem ajudar a formular e implementar ideias (Centros de apoio voluntário, escolas, “Hague Eco-city”, ...). Com este conjunto de pessoas constituíram-se 8 GRUPOS DE TRABALHO para garantir que o processo é exequível e posto em prática. É nestes grupos que o trabalho propriamente dito se realiza.

Foi ainda criado um COMITÉ ORGANIZADOR para conduzir o processo constituído por elementos da autarquia e elementos da comunidade de Hague. O comité é liderado



por uma presidente independente Jacqueline Cremer, professora e investigadora de estudos ambientais no TNO, um centro de estudos para a tecnologia.

3ª FASE - Estabelecimento de Prioridades

Os oito grupos representam os oito temas que a AL21 de Hague foca: *Cooperação internacional, Energia, Resíduos, Tráfego e transportes, Natureza e paisagem, Construção sustentável, Saúde e Comunicação.*

4ª FASE – Passos percorridos até à implementação da AL21

A abordagem e método de trabalho pode ser diferente de grupo para grupo dependendo das hipóteses e oportunidades. Os resultados finais, têm a ver com o que as pessoas querem para elas próprias. Existem três passos comuns aos diferentes grupos:

Passo 1:

- ?? Inventário;
- ?? identificação do estado-de-arte no tema do grupo em relação ao desenvolvimento sustentável.

Passo 2:

- ?? soluções;
- ?? identificação do que se pretende, o que é exequível e útil e de quem toma a iniciativa.

Passo 3:

- ?? medidas;
- ?? identificação de como se vai implementar e quem é responsável pela implementação.

A AL21 é um plano para o século XXI, tal significa que nem tudo tem de ser implementado ao mesmo tempo. As medidas de curto prazo devem ser implementadas entre 1 e 2 anos (cerca de um terço das medidas de acção são de curto prazo); a médio prazo, são mais pormenorizadas e implementadas em 3 a 6 anos; a longo prazo, as medidas serão implementadas após 6 anos.

Os detalhes para cada medida envolvem: objectivo, calendarização, actores, responsabilidades, exequibilidade técnica e financeira.

5ª FASE - Revisão, Monitorização e Avaliação do Programa da Agenda Local 21

As autoridades locais disponibilizam relatórios do desenvolvimento e concretização da AL21, nos média locais que chegam a numerosas pessoas. Desta forma podem ser as populações a monitorizar e avaliar o processo.

LIÇÕES APRENDIDAS

- Revelou-se crucial a liderança do projecto estar a cabo de um técnico da área ambiental com bases múltiplas e pluridisciplinares, características da formação do Engenheiro do Ambiente em Portugal. Tal característica permite orientar o debate



no interior dos grupos de trabalho e tem capacidade para cruzar e integrar as implementações de medidas propostas pelos vários grupos de trabalho como por exemplo, ambiente e desemprego criando postos de trabalho com contributo ambiental (e.g. fiscalização), ambiente e desenvolvimento económico, pois o Eng.º do Ambiente tem conhecimento de gestão ambiental, instrumentos económicos, etc., além de todos os temas focados nos grupos de trabalho (Energia, transportes, construção/planeamento, Natureza, RSU's).

5.2.3 Hamilton-Wentworth, Canadá

CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

Hamilton-Wentworth localiza-se nas margens ocidentais do Lago Ontário e consiste num núcleo altamente industrializado, envolto por comunidades rurais. Toda a região municipal é uma comunidade de grande diversidade geográfica, social e

Área: 1130 km²
País: Canadá
Província: Ontário
População: 452 000 (1991)

e económica. Aproximadamente 75% da população da região está concentrada na cidade de Hamilton, que representa apenas 10% da área da região. Mais de 50% do território é considerado zona rural, apresentando-se a agricultura como actividade principal. Cerca de 10% do território é designada como ambientalmente sensível, sendo a escarpa de Niagara, que atravessa o centro urbano de Hamilton, uma das jóias ambientais, considerada internacionalmente pelas Nações Unidas como reserva da biosfera. Salienta-se a importância da indústria do ferro na economia local e o facto de o porto de Hamilton ter sido considerado um dos focos tóxicos mais acentuados de todo o sistema dos Grandes Lagos. ^[13]

A região tem experienciado um crescimento constante de população e como resultado verifica-se uma expansão de zonas sub-urbanas de baixa densidade em detrimento das áreas agrícolas, com concomitante aumento dos níveis de poluição atmosférica. Esta mudança decorrente do desenvolvimento urbano acarreta desafios vários. ^[13]

1ª FASE - Antecedentes

A iniciativa para uma comunidade sustentável começou no final da década de oitenta, após a realização de uma abordagem participativa para o planeamento de dois novos projectos - "Hamilton Harbour Remedial Action Plan" e "Chairman's Task Force on Affordable Housing" - e no seguimento da revisão de dois planos, concernentes com a política de usos do solo e com a estratégia económica da região.

No âmbito do plano de remediação do porto de Hamilton, foi realizada uma mesa-redonda constituída por diversos actores locais, multi-sectoriais - incluindo representantes da indústria, comunidade, governo, organizações ambientais entre outras - por forma a identificar os problemas ambientais na área do porto e desenvolver soluções para estas questões. Este esforço levou a um melhoramento pronunciado das condições no porto.

O sucesso deste projecto, aliado a outros esforços participativos, incentivaram a comunidade a aceitar um desafio maior: o desenvolvimento sustentável da sua região. ^[2] Esta, com a sua ênfase nas questões ambientais, sociais e económicas e no



desenvolvimento que vai de encontro às necessidades dos presentes, sem comprometer a habilidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, mostrou-se, igualmente como a filosofia orientadora na revisão dos referidos planos, dado que incorpora as diversas preocupações, questões e metas com as quais se depara a comunidade, e poderá fornecer uma base organizacional para a tomada de decisão. ^[15]

2ª FASE – Organização Estrutural

Em 1990, a Assembleia Regional criou um grupo denominado de 'CITIZENS' TASK FORCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT", que desenvolveu uma Visão geral, guia para o desenvolvimento futuro da região, com base num processo consultivo e consensual. Este processo de dois anos e meio, envolveu a participação de mais de mil cidadãos e resultou numa Visão comunitária denominada de VISION 2020. ^[2]

Por forma a assegurar uma representação ampla, os 18 membros do grupo de trabalho foram seleccionados com base na sua experiência e formação base em sectores variados, incluindo a agricultura, indústria e forças de trabalho, entre outros. O grupo reunia-se mensalmente numa assembleia aberta ao público e à comunicação social. ^[14]

3ª FASE - Recolha de Informação e Estabelecimento de Prioridades

Um dos objectivos do grupo de trabalho foi o despertar da consciência comunitária para o desenvolvimento sustentável e reunir informação, de forma retro-activa, sobre potenciais objectivos, metas e políticas para a região. Foram utilizados métodos vários para educar e envolver a comunidade, incluindo a realização de fóruns comunitários, workshops, eventos especiais, disponibilização de informação em centros comerciais, através de cobertura jornalística, contacto telefónico, brochuras. ^[13] Todo o material foi posteriormente revisto e analisado, chegando-se de forma consensual a onze áreas de acção, que incluem: *áreas naturais e corredores, melhoramento da qualidade dos recursos aquáticos e da qualidade do ar, redução dos resíduos produzidos, utilização racional de energia, usos do solo na área urbana, alteração dos modos de transporte, saúde pública e bem-estar, investimento de poder na comunidade, economia local, e agricultura e economia rural.* ^[4]

4ª FASE - O Plano de Acção

Foi elaborada uma Visão comunitária, VISION 2020, do que seria a Região no ano 2020 se os princípios do desenvolvimento sustentável fossem adoptados, e tendo em conta as onze questões identificadas anteriormente. Para tal formaram-se oito grupos de cidadãos, por forma a examinar e desenvolver uma Visão futura, a atingir-se para cada um dos tópicos. Após novo processo consultivo, obteve-se um documento, de escala a longo prazo, com mais de 400 recomendações de acções específicas, a implementar, para se atingir o futuro desejado. ^[13]

Apesar de várias mudanças políticas no decorrer destes anos, o VISION 2020 mantém-se activamente como o plano estratégico de Hamilton-Wentworth. ^[16] Tem-se assistido à Integração dos princípios para um desenvolvimento sustentável estabelecidos no VISION 2020 em todas operações municipais, implementação das recomendações realizadas e elaboração de outros planos, integrando-os com os objectivos estabelecidos a longo prazo no referido documento. É de salientar que



acaso a assembleia regional, na tomada de decisão, contrarie as políticas estabelecidas no plano, está previsto a possibilidade de os cidadãos apelarem a instâncias superiores. ^[14]

5ª FASE – Revisão e Monitorização

Para se atingir uma comunidade sustentável, é imprescindível que se compreenda os impactes do comportamento individual e, o potencial dos cidadãos para gerarem o futuro desejado. Em Hamilton, indicadores de sustentabilidade foram um dos mecanismos utilizados para monitorizar a progressão do processo, por forma a atingir-se a Visão comunitária. O projecto iniciou-se em 1994 e envolveu, directamente, os cidadãos na selecção dos indicadores. Para tal constituiu-se um grupo coordenador, encabeçado pelo pessoal do departamento regional de ambiente e conduzido por uma equipa multi-disciplinar, composta por representantes de outros departamentos regionais, pelo ICLEI e a universidade local de McMaster. ^[17]

Indo para além da identificação do que constitui uma região sustentável, foi desenvolvida em Hamilton uma abordagem, singular e inovadora, para a monitorização do progresso atingido face ao VISION 2020. Em vez de se utilizar instrumentos já existentes e referenciados na literatura para a determinação do desempenho de todo o processo, foram desenvolvidos processos para a concepção e teste de indicadores baseados na comunidade. ^[13] Em primeiro lugar, o grupo coordenador desenvolveu critérios para a selecção de dois ou três indicadores, para cada uma das onze áreas mais prementes do VISION 2020: capacidade de medição; facilidade de recolha de informação e baixo custo; credibilidade e validade; reflexão do balanço entre os três aspectos da sustentabilidade; e potencial para induzir mudanças. Deste projecto resultou, no final, um conjunto de vinte e nove indicadores para a monitorização do progresso da comunidade. ^[17]

Este progressos são tornados públicos anualmente, através de uma publicação, "report card", num dia, propositadamente, denominado de "Annual VISION 2020 Sustainable Community Day". ^[2] Pretende-se que este seja um dia de reflexão para a comunidade, realizando-se um fórum onde se estuda os progressos ocorridos face aos objectivos do plano VISION 2020 e se estabelecem prioridades para o ano seguinte. Cria-se, então, um mecanismo de feedback com a comunidade, tornando ambos, o município e a comunidade, responsáveis pelas suas acções - responsabilidade partilhada. Deste modo, pretende-se fornecer aos cidadãos, políticos, empresas e outros grupos comunitários, a informação necessária e, por conseguinte, a inspiração e motivação para a tomada de decisão, por forma a atingir-se a sustentabilidade comunitária. ^[17]

LIÇÕES APRENDIDAS

Lições que se tiram deste caso de estudo:

- Aumento do entendimento da comunidade de todo o processo é imprescindível para o seu sucesso e deverá ser realizado recorrendo a meios vários. Neste caso utilizou-se uma ampla estratégia de participação pública, encorajando a participação de todos os sectores da sociedade. Estes esforços poderiam ter sido mais bem sucedidos, caso o município tivesse despendido, antes do estabelecimento da *Task Force*, mais tempo na educação e despertar da comunidade para estas questões do desenvolvimento sustentável.



- Tornou-se vantajoso que os *stakeholders* tenham a oportunidade de assistir à implementação e construção de apoios da comunidade evitando assim problemas futuros.
- O estabelecimento de uma ética sustentável deverá reflectir de forma realista o actual sistema de valores.^[14]

5.2.4 MARION – AUSTRÁLIA

CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

A cidade de Marion situa-se numa zona costeira que se estende ao longo de 7 Km da costa Este do Sul da Austrália. Trata-se de uma região com características naturais diversas como vegetação nativa, património histórico, lençóis freáticos abundantes, sítios geológicos significativos e ainda praias de areia bastante acessíveis. Em relação aos residentes da região, verifica-se grande diversificação em termos étnicos e de idade, 21% da população nasceu fora do país. Em 1995 a cidade de Marion iniciou o processo de planeamento estratégico denominado “*Trabalhando em Conjunto*”.^[4]

Área: 55.45 Km²
País: Austrália
Estado: Austrália do Sul
População: 73 318 (1996)

1ª FASE - Como tudo começou...

A Agenda Local 21 de Marion teve origem numa identificação de prioridades realizada pelo Programa ILAP (Integrated Local Area Planning) - Plano Local Integrado – este processo, que esteve em vigor entre 1995 e 1998, permitiu à Autarquia e à Comunidade identificar as principais questões ambientais, sociais e económicas da área.^[4]

2ª FASE – Organização Estrutural

Para iniciar este processo foi criado um GABINETE NA CÂMARA com uma posição permanente para um técnico da área do Ambiente, isto, para assegurar que a política ambiental e suas questões estariam integradas por completo na gestão da Câmara. Estabeleceu-se ainda um COMITÉ DE ACONSELHAMENTO para questões ambientais, lançou-se um programa de sensibilização. Foi desenvolvido ainda um instrumento guia para a aplicação do programa da Agenda Local 21 – PLANO DE ACÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL DA AGENDA LOCAL 21.^[4]

3ª FASE - Pesquisa, Recolha de Informação e Estabelecimento de Prioridades

Para a identificação das questões principais foram realizadas sessões de consulta públicas num período de 6 meses envolvendo *Workshops* com grupos de jovens locais, com membros da autarquia, representantes da economia local e ainda a comunidade em geral. Estas pessoas formaram GRUPOS DE TRABALHO e formularam



políticas, estratégias e identificaram as prioridades principais esboçando assim o Plano de acção. Este documento ficou pronto em Julho de 1997.^[4]

A Agenda Local 21 identificou 5 áreas de acção para as quais era necessário uma estratégia: *gestão da água, biodiversidade, educação ambiental, ambiente construído e administração da cidade.*

4ª FASE – Concretização do Plano de Acção – Projectos

O PLANO DE ACÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL DA AGENDA LOCAL 21 foi criado para assegurar a integração da componente ambiental em todas as operações e funções da autarquia. Em termos de projectos práticos incluem^[4]:

- O Plano de desenvolvimento do Município foi revisto para incluir considerações ambientais;
- Auditoria da Energia dos edifícios;
- Projecto de Prevenção de Poluição para trabalhar com a indústria local;
- Plano de bicicletas par a cidade;
- Acções para a protecção da zona costeira;
- Membro de - *Cidades para a Protecção Climática;*
- Sistema de Gestão Ambiental do Município.

5ª FASE - Revisão, Monitorização e Avaliação do Programa da Agenda Local 21 e do Plano de Acção e Política Ambiental da Agenda Local 21.

O Plano e o Programa da Agenda Local 21 é revisto anualmente. Uma revisão mais intensiva é realizada de 3 em 3 anos de maneira a coincidir com a produção do Relatório de Estado do Ambiente e com os Plano Municipal, Estratégico e de Desenvolvimento. Assim, os processos de revisão dos diferentes planos acontece simultaneamente, permitindo assim uma integração total.^[4]

O *Relatório de Estado do Ambiente* apresentou, no início, um conjunto de indicadores de sustentabilidade, que constituíram uma base de análise para medir a eficácia das medidas preconizadas no programa da Agenda Local 21 deste Concelho. Por exemplo, a eficácia de uma estratégia para desenvolver medidas para a redução do consumo de energia, pode ser medida usando um indicador que quantifique as taxas de consumo de energia anual por sector e por fonte de energia. É ainda de referir que existe uma parceria com a autarquia e com a comunidade na elaboração deste relatório, pois podem propor indicadores de sustentabilidade considerados necessários. Assim, estes dois documentos mais o *Plano de Gestão Ambiental e de Saúde* para a cidade de Marion, juntos, estabelecem a direcção estratégica para a gestão Ambiental do concelho, para os três anos seguintes.^[4]

O *Sistema de Gestão Ambiental*, implementado desde 1998, representa um elemento central do compromisso da autarquia na sua Agenda Local 21 para “*pôr a casa em ordem*”. Uma das políticas seguidas é: “*A Autarquia vai obedecer aos requisitos da legislação ambiental nas suas operações. Irá ainda aplicar os princípios de um melhoramento contínuo por forma a atingir soluções inovadoras e mais sustentáveis.*”^[4]. Este Sistema de Gestão pretende atingir o certificado ISO 14 000 (Padrão Internacional), contribuir para uma mudança, adoptando uma natureza mais proactiva em vez de passiva, do desempenho interno da Câmara e ainda realizar um esforço para o melhoramento contínuo das actividades do dia a dia em todas as unidades da Câmara.



PARCEIROS

A cidade de Marion está envolvida activamente na *Parceira da Austrália do Sul para a Agenda Local 21* estabelecida pelo Departamento de Ambiente e de Recursos Naturais do Governo Estadual e pelo Associação do Governo local da Austrália do Sul. Desta maneira foram estabelecidas parcerias com os Concelhos vizinhos, quadros de gestão regionais e agências governamentais para a realização de projectos específicos da Agenda Local 21. Esta parceria tem tido um papel fundamental no reforço, suporte e guia para a implementação da Agenda Local 21 nesta região.

CIDADES PARA A PROTECÇÃO CLIMÁTICA^[4]

Marion, juntamente com outras 10 cidades da Austrália do sul, faz parte da campanha intitulada Cidades para a Protecção Climática que visa ajudar o governo local a reduzir as emissões de gases de efeito estufa através do aumento da eficiência energética, gestão de resíduos, gestão de transportes, estratégias de uso do solo e também na qualidade do ar e gestão urbana. Assim, em Marion, no âmbito da Agenda Local 21 foi organizada uma campanha onde são fixadas metas e um plano de acção para a redução de gases de efeito de estufa. No compromisso desta campanha acordou-se:

- Uma auditoria às emissões e à energia para a área;
- Na base desta informação, fazer previsões;
- Estabelecer metas de redução;
- Desenvolver e implementar um Plano de acção para atingir as metas previstas.

LIÇÕES APRENDIDAS^[4]

- O reconhecimento por parte do chefe executivo do Gabinete de planeamento integrado local como um instrumento público e a sua intervenção no início do processo, ajudou à formação de um compromisso colectivo.
- O tempo gasto em sensibilização para os princípios e objectivos da Agenda Local 21 junto dos membros da Câmara Municipal, “*valeu o seu peso em ouro*”.
- O desenvolvimento do documento referente ao Plano de Acção e Política de Ambiente revelou-se de importância crucial pois serviu de base para a formulação e implementação dos diversos estágios do programa.
- O Sistema de Gestão Ambiental revelou-se ainda ser uma componente essencial, para legitimar todo o processo já que a Câmara necessita de cumprir a legislação definida e cumprir os objectivos propostos.

BARREIRAS

- A reestruturação do sector público e a mudança nas relações intergovernamentais levou ao surgimento de dificuldades em integrar alguns resultados com a política do Governo.



5.2.5 SANTOS - BRASIL

CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

Esta cidade localiza-se parcialmente numa ilha e parcialmente no continente a 74 Km de São Paulo e constitui uma espécie de fuga aos habitantes desta cidade com cerca de 16 milhões de residentes. Apresenta a nível do seu ecossistema um complexo florestal atlântico, envolvendo matas de encosta e de restinga e mangais, além de ecossistemas lagunares e estuarinos^[18]. A principal actividade económica é portuária e turística devido às suas praias (ver Fig. 3). O Porto de Santos emprega cerca de 40 000 pessoas, sendo de importância estratégica para todo o país, tendo um tráfego de cerca de 500 barcos por mês. Apresenta ainda um complexo industrial com actividades de produção que foram responsáveis por problemas sérios de degradação ambiental^[19]. Tal como o resto do Brasil, Santos viveu, ao longo dos anos, restrições em termos de direitos humanos, crises económicas e degradação ambiental, sob uma série de regimes militares.

Área: 271 Km²
País: Brasil
Estado: São Paulo
População: 417 000



Figura 3 – Porto de Santos

Fonte: <http://www.kidlink.org/KIDPROJ/Eyes98/es5.html>

Apesar da área de Santos cobrir cerca de 271 Km², mais de 400 000 residentes, cerca de 95% , vivem na ilha de São Vicente, que tem uma área que representa 10% da área total da cidade. Os restantes 5% de residentes vivem no continente^[20] .Para os padrões do Brasil, Santos pode ser considerada uma cidade relativamente rica. Tem níveis de desemprego com níveis abaixo a média regional.

1ª FASE - Antecedentes

Até 1950, Santos tinha as praias mais populares da Costa de São Paulo. Contudo, um aumento dos níveis de poluição costeira, derivada a descargas de esgotos da própria cidade, vieram a inverter esta situação nos anos 70, originando mesmo uma recessão económica profunda. A cidade reconheceu que para reverter esta situação, era necessário a cooperação intergovernamental e ainda a participação de instituições e dos cidadãos da comunidade. Assim, no início de 1994, surgiram os primeiros passos para a implementação do programa da Agenda Local 21 para a cidade de Santos que foi desenvolvida no município de Santos.

A Agenda Local 21 de Santos foi elaborada em conjunto com o Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais – ICLEI, dentro do programa das comunidades



modelo pois foi seleccionada juntamente com outras 13 cidades do mundo para participar deste programa que visa testar diferentes abordagens de planeamento e de prestação de serviços públicos. Santos foi escolhida devido ao seu modelo de gestão participativa implementado no município, incluindo instrumentos legais de participação popular (concelhos municipais, conferências indicadoras de directrizes para as políticas públicas e núcleos voluntários de defesa civil). É de referir que o financiamento da implementação deste programa é da responsabilidade da Autarquia local e não do ICLEI (este oferece apenas uma ajuda de custo de US\$ 700 mensais)^[18].

2ª FASE – Organização Estrutural

Para iniciar este processo foi criado um SECRETARIADO DO MEIO AMBIENTE (SEMAM) na Câmara Municipal de Santos, de maneira a garantir que as questões ambientais estariam integradas por completo na gestão da Câmara.

Estabeleceu-se ainda um grupo de aconselhamento para questões ambientais – chamado de GRUPO DE SUSTENTAÇÃO formado por 80 representantes não governamentais e da Administração Municipal, tem carácter consultivo, constitui um instrumento de planeamento da comunidade, responsável para garantir a continuidade de forma independente das instâncias político-administrativas. É ainda de referir que tem mandato oficial definido pelo decreto nº 2.765 de 25 de Junho 1996 e reúne ordinariamente de 45 em 45 dias e extraordinariamente sempre que necessário.^[21]

Foi ainda formada uma EQUIPA DE TRABALHO formada por 25 representantes da população e da administração local, esta funciona como um canal executivo das propostas apontadas pelo Grupo de Sustentação. Tem carácter deliberativo, acompanha e dá apoio técnico ao desenvolvimento dos projectos, decidindo sobre eventuais correcções de rumo, de acordo com as prioridades identificadas pelo Grupo de Sustentação.

3ª FASE - Estabelecimento de Prioridades

Para a identificação das questões principais realizaram-se a princípio 7 seminários com grupos de jovens locais, com membros da autarquia, representantes de movimentos populares e ambientalistas, cooperativas, sectores empresariais, sindicatos, associações, clubes e ainda a comunidade em geral. Estas pessoas discutiram cerca de 70 projectos apresentados e formaram grupos de trabalho para a formulação de políticas, estratégias e identificação das prioridades principais tendo concordado em 5 áreas de acção para as quais era necessário uma estratégia: *Geração de emprego, Rendimento e Educação; Recursos Naturais e Saneamento Ambiental; Transportes; Violência e Segurança e ainda a formulação de um Plano Director de Santos.*

4ª FASE – Concretização do Plano de Acção – Projectos

PROJECTO DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA BALNEAR

Este projecto foi desenvolvido com a cooperação entre o estado e o governo local tendo como principal objectivo eliminar a contaminação das praias da cidade num



período de 4 anos, isto para recuperar a imagem ambiental e reconstruir o sector turístico local.

A primeira fase deste programa foi desviar as águas de esgoto contaminadas do oceano e canalizá-las para estações de tratamento de águas residuais (ETAR). Numa segunda fase, tentou-se melhorar a qualidade da água através da identificação e eliminação do maior número de focos de poluição, nesta fase colaboraram estudantes das universidades locais e participantes de organizações com elementos da comunidade de Santos.

Os estudantes universitários inspeccionaram *porta-a-porta* mais de 31 000 propriedades à procura de descargas ilegais. O dono que não estivesse em conformidade tinha direito a 15 dias para corrigir o problema ou então seria aplicada uma multa municipal.

Entre 1991 e 1993 o programa produziu um melhoramento da qualidade da água balnear significativo. No final do projecto as praias tiveram uma redução de 50% nos níveis de coliformes fecais e foram consideradas como inadequadas para banho apenas em 32% do tempo, comparando com 1989. Este projecto foi muito bem sucedido, tendo mesmo superado os objectivos a que se propôs, com a criação de um laboratório de análise da água com o fim de monitorizá-la, a longo prazo^{19]}.

5ª FASE - Revisão, Monitorização e Avaliação do Programa da Agenda Local 21

Em Janeiro de 1996, surgiu a visita da direcção internacional do Programa e do contrato de um investigador local do ICLEI, com a função de avaliar e documentar o processo de desenvolvimento do programa. A partir daí, foram realizadas correcções no rumo, dando prioridade ao tema “*Gestão de Resíduos Sólidos*”, para documentação e avaliação em conjunto com o ICLEI.

PARCEIROS

Foi estabelecido um termo de compromisso entre a Câmara Municipal de Santos e o ICLEI que funciona como *Facilitador*¹, ou seja, fornece as directrizes do planeamento a ser testado. Auxilia ainda a avaliação e é responsável pela promoção a nível internacional. Foram já aqui indicadas outras parcerias como a coordenação local, da responsabilidade da *Secretaria do Meio Ambiente*; a *equipe de projecto*, o *grupo de sustentação* e o *pesquisador local do ICLEI*. Existe ainda a *iniciativa privada* tendo parcerias em programas específicos.

LIÇÕES APRENDIDAS

- O envolvimento político informal com coligação com vários actores sociais e sectores é necessário para o desenvolvimento de acções colectivas. De facto, revelou-se eficaz para a resolução de problemas comuns, a reunião de representantes dos mais diversos sectores da comunidade;

¹ Facilitador – Organismo / Pessoa reconhecida pelas partes como neutra, cuja função é facilitar o debate garantindo que todos os intervenientes participem de igual forma, e cujo objectivo é o consenso.



BARREIRAS

- Certos grupos encontraram-se sub-representados, particularmente no sector do comércio, da indústria do turismo, da zona portuária e da imprensa teria sido desejável;
- Não houve envolvimento efectivo de outras secretarias municipais no programa, que ficou concentrado na SENAM.
- Várias metas estabelecidas não foram alcançadas nos prazos definidos
- Não foram desenvolvidos projectos independentes financeiramente da Câmara Municipal.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Analisando os casos de estudo apresentados, constata-se a existência de semelhanças, nomeadamente ao nível dos vários passos do processo. Contudo, as diferenças entre os diversos municípios, originou implementações distintas do programa da AL21. De facto, todos os antecedentes históricos, naturais, socio-culturais e económicos, requerem diferentes abordagens e estratégias, na definição de objectivos e prioridades, traduzindo-se em diferentes visões para o futuro. Verificou-se que em cidades de países em vias de desenvolvimento as principais preocupações reveladas, estão relacionadas com questões de equidade, saneamento básico, emprego e segurança. Por outro lado, em países ditos desenvolvidos, as preocupações não estão tão relacionadas com necessidades básicas, mas sim com problemas causados pelo próprio desenvolvimento, como conservação dos recursos naturais, biodiversidade e utilização racional de energia entre outros.

As principais conclusões resultantes da análise comparativa dos casos de estudo constituem elementos que poderão ser considerados como recomendações para promover o sucesso da Agenda Local 21, são apresentadas de seguida:

- Reconhecimento que as **populações** deverão **participar** em todo o processo o mais cedo possível, para existir um maior empenhamento e ainda um estabelecimento de relações de confiança e amizade que poderão ser benéficas para o trabalho colectivo necessário para a implementação da Agenda Local 21. Considerou-se essencial a interactividade.
- Programas de **Educação Ambiental** deverão começar cedo no processo pois necessitam de algum tempo para o surgimento de resultados satisfatórios;
- **Compromisso** das entidades públicas, facilita o envolvimento de outros membros da comunidade;
- As acções são mais bem sucedidas quando têm em conta todos os **interesses** dos diferentes *stakeholders*. A título de exemplo, deverão ser consideradas as necessidades de pessoas com rendimentos limitados, pois estas podem-se constringer de participar devido às condições de trabalho e de vida. Para tal a recorrência a um **facilitador** poderá garantir que todos os interesses de todos os intervenientes são considerados;



- ➤ É importante a definição de um **objectivo claro** e concreto, por forma a que a comunidade possa compreender o que se pretende e fará, possibilitando uma maior identificação e aceitação.
- ➤ **Investimento de poder:** terá que haver uma verdadeira vontade política, por parte do governo local, para o envolvimento directo da comunidade no processo de tomada de decisão. O processo deverá incluir componentes nas quais é permitido à comunidade tomar directa responsabilidade na iniciação e implementação de projectos.
- ➤ **Paciência:** dentro da comunidade existe um leque variado de habilidades e conhecimentos. É necessário tempo para levar todos a um grau de entendimento comum. Embora, por vezes seja difícil aos especialistas não tomarem directamente conta dos processos e realizá-los da forma que lhes pareça mais eficaz, para que se desenvolva um sentido de responsabilidade comunitária é imperativo que sejam os próprios membros da comunidade a participar, a investigar e desenvolver as suas próprias soluções.
- ➤ **Flexibilidade:** os recursos financeiros e de pessoal disponíveis para o projecto deverá suportar alterações.
- ➤ **Consenso** - todas as decisões tomadas deverão ser consensuais, assegurando desta forma que todos os pontos de vista foram considerados e abordados antes da preparação do Plano de Acção.
- ➤ **Monitorização:** por forma a manter o envolvimento e suporte para os objectivos deverá haver um mecanismo disponível para a comunidade relatar os seus esforços e aprender sobre os esforços dos outros.
- ➤ A utilização de novas **ferramentas tecnológicas**, como a internet, revelou-se uma mais valia importante no aumento da flexibilidade, rapidez e eficiência de todo o processo, garantindo também a melhoria da comunicação interna e externa (permitindo o *feedback* das populações visadas) e a disseminação da informação a nível local, nacional e internacional;
- ➤ É necessária a **remodelação** das estruturas e procedimentos tradicionais do governo local, introduzindo um gabinete de acção horizontal nos diversos departamentos, cuja função seria garantir a introdução da componente ambiental em todos as vertentes.
- ➤ O plano constitui um meio para atingir um fim e não um fim em si mesmo. O Programa da Agenda Local 21 assegura que o documento é um “**documento vivo**” que pode ser efectivamente usado no planeamento estratégico e colectivo. É ainda um processo cíclico que necessita de melhoramentos contínuos;

UM LUGAR PARA O ENGENHEIRO DO AMBIENTE

Como se pode observar em todas as experiências existe um gabinete de Ambiente. Revela-se crucial que a liderança do projecto seja da responsabilidade de um técnico na área ambiental, que por definição possui bases múltiplas e pluridisciplinares essenciais para um bom desempenho. Tal característica permite orientar o debate no interior dos grupos de trabalho e oferece ao técnico capacidade para cruzar e integrar as implementações de medidas propostas pelos vários grupos de trabalho.



A área ambiental e conservação dos recursos naturais, especialidade deste técnico, deve ser privilegiada pois trata-se do suporte de vida, bem como suporte do sistema económico como fonte de matérias primas e destino de *outputs*. Estando integrado, um Engenheiro do Ambiente, na estrutura básica de todo o processo, fica garantida a manutenção do capital natural, manutenção essa, essencial para uma verdadeira sustentabilidade.

A Agenda Local 21 é um compromisso a longo prazo para a promoção de um desenvolvimento sustentável para o futuro; não se acaba num documento...

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Cotter, B., Hannan, K., (1999), *Our Community Our Future: A Guide to Local Agenda 21*, Environs Australia, Canberra, 188 p, <http://www.environment.gov.au/psg/igu/local.htm>
- [2] Mary Pattenden (s.d.), *Global Implementation of Local Agenda 21*, New Urban Agenda, ICLEI, <http://www.peck.ca/nua/aif/aif03.htm>
- [3] Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias - Carta de Aalborg (1994), <http://www.iclei.org/europe/ac-portu.htm>
- [4] ICLEI (1996), *The Local Agenda 21 Planning Guide: An Introduction to Sustainable Development Planning*, ICLEI, IDRC, UNEP, Toronto, 212 p.
- [5] Farinha, J., Vasconcelos, L.T., Serpa, L.P. (1998), "Planos Municipais de Ambiente: um Importante Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável a Nível Local", *Ingenium*, 2ª série, n.º 25, pp. 29-34
- [6] Vasconcelos, L.T., Farinha J. (1999), "Planos Municipais de Ambiente: implementando a agenda local 21 ao nível local", *Actas da 6ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, vol. 3, DCEA-FCT/UNL, Lisboa, pp. 599-608.
- [7] Farinha, J., (1998), "Planos Locais e Ambiente em Portugal", *Comunicações ao Seminário "A Cidade do Amanhã"*, Lisboa
- [8] <http://www.bremen.de/info/bremen/homee.html>
- [9] ICTULA - *Information and Communication Technology Use with Local Agenda 21 Processes*, <http://ictula.de/Ictula-Staedte-Dossier/Bremen.htm>
- [10] *Internetmodellprojekt Agenda 21*, <http://www.bremen.de/info/agenda21/>
- [11] ICT Conference, *New Technologies and the City*, <http://www.thehague.nl/>



- [12] <http://pubwww.tudelft.nl/denhaag/ukstart.html>
- [13] ICLEI (s.d.), *Case Studies on the Local Agenda 21 Process: The Regional Municipality of Hamilton-Wentworth, Canada*, <http://www.iclei.org/csdcases/hamwent.htm>
- [14] ICLEI, *Hamilton-Wentworth*, http://www.iclei.org/la21/cities/hamilton_went.htm
- [15] MOST (s.d.), *Best Practices for Human Settlements: Creating a Sustainable Community - Hamilton-Wentworth's VISION 2020 Canada*, <http://www.unesco.org/most/usa4.htm>
- [16] Salsberg, L. (1998), *Frameworks for Applying Sustainability in the City of Toronto*, <http://www.utoronto.ca/envstudy/INI498/salsbergf.htm>
- [17] ICLEI (1996), "Local MCP Progress: Hamilton-Wentworth develops Sustainability Indicators through Community Consultation", *Local Agenda 21 Network News*, Issue 4, ICLEI, <http://www.iclei.org/la21/la21n896.htm#3>
- [18] <http://www.mma.gov.br/port/SE/agen21/experien/158.html>
- [19] <http://www.un.org>
- [20] <http://www.idrc.ca/books/reports/1996/02-03e.html>
- [21] <http://www.mma.gov.br/port/SE/agen21/experien/santos.html>

e claro...

Agenda 21, <http://www.un.org/esa/sustdev/agenda21text.htm>